Ata da reunião ordinária nº 1604 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 25 de março de 2026.

No dia vinte e cinco de março, do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência do Reitor em exercício, Prof. Dr. Airton José Petris, com a presença dos seguintes Conselheiros: Renata Schlumberger Schevisbiski, João Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Carlos Eduardo Caldarelli, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Edmilson Lenardão, Inês Cristina de Batista Fonseca, Patrícia Mendes Pereira, Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues, Orlando Mendes Fogaça Junior, Rafael Eduardo Domingues Molinari, Larissa Araújo de Castro Okamura, Silvia Meletti, Zilda Andrade, Azenil Staviski, Leandro Altimari, Ana Márcia Tucci de Carvalho e Sérgio Gerelus. Convidados: Luiz Claudio Buzeti, Neide Zaninelli, Juliana Tonelli, Marina Menezes, Sandra Garcia, Vinicius de Melo Silva, Alberto Duran e Lisiane Freitas de Freitas. **I ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação da ata 1603 de 11 de março de 2026**. Aprovada por unanimidade, sem emendas. **2) Processo 25.621.980-8 - AINTEC - deliberar acerca do Protocolo de Intenções que entre si celebram a UEL e o Colégio Positivo (Relatores: Prof. Dr Edson Miura e Marina Menezes).** Compareceu para relatar o processo, Marina Menezes. Ela informou tratar-se de protocolo de intenções firmado com o Positivo Educacional, mantenedora do Colégio Positivo em Londrina. Esclareceu que a instituição possui diversas iniciativas voltadas à inovação e que o objetivo primordial do protocolo é o desenvolvimento futuro de projetos, pesquisas e atividades conjuntas entre as duas instituições. No que tange aos aspectos jurídicos, explicou que o processo foi amparado pelo Parecer Referencial nº 06/2024, motivo pelo qual não houve necessidade de tramitação específica pela Procuradoria Jurídica da universidade. Ressaltou, contudo, que todos os documentos comprobatórios de regularidade trabalhista, jurídica e fiscal foram devidamente coletados e anexados ao processo, que seguiu para a apreciação e deliberação final. Colocado em regime de votação, o Protocolo de Intenções que entre si celebram a UEL e o Colégio Positivo, foi aprovado por unanimidade. **3) Processo 24.357.466-8 - AINTEC - deliberar acerca do Contrato de Ajuste de Propriedade Intelectual, que entre si celebram a UEL e a Phlorinea Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., dispondo sobre a Titularidade de Pedido de Patente (Relatores: Prof. Dr Edson Miura**

e Marina Menezes). Compareceu para relatar o processo, Marina Menezes. Ela informou tratar-se de titularidade decorrente de uma tecnologia desenvolvida por professores do Centro de Ciências Biológicas (CCB). Esclareceu que o contrato de copropriedade (ou particularidade) tem como objetivo definir a titularidade da propriedade intelectual envolvida. Ressaltou que, por se tratar de uma parceria com uma empresa privada, foi necessário realizar o trâmite inicial deste contrato para que passasse pela análise da Procuradoria Jurídica, visando resguardar a universidade. Informou que os documentos necessários foram coletados, a Procuradoria realizou as adequações devidas, as correções foram aplicadas e o processo seguiu para a tramitação e deliberação. Por fim, Marina explicou uma distinção procedimental importante: em casos envolvendo empresas públicas, o pedido de patente e o trâmite do processo ocorrem simultaneamente; contudo, por ser uma empresa privada, a universidade primeiro tramita o processo para, somente após a aprovação, realizar o pedido de patente, garantindo assim a segurança jurídica de todos os envolvidos. Colocado em regime de votação, o Contrato de Ajuste de Propriedade Intelectual, que entre si celebram a UEL e a Phlorinea Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., dispondo sobre a Titularidade de Pedido de Patente, foi aprovado por unanimidade. **4) Processo 24.480.048-3 - PROPLAN - deliberar acerca do Acordo de Cooperação a ser firmado entre a UEL e a Fundação HUTEC, que tem como objetivo a execução do PAS denominado "Programa de Atendimento à Sociedade Agropecuária e a Criatórios do Norte do Paraná em Biotecnologias da Reprodução Animal Realizado na Universidade Estadual de Londrina – Fase IV" (Relator: Prof. Dr. Sérgio Gerelus).** Prof. Gerelus informou tratar-se de um Programa de Prestação de Serviço (PAS), cuja estruturação já é de conhecimento do conselho, seguindo as resoluções vigentes e mantendo o devido acompanhamento acadêmico pela PROEX. Informou que este programa específico está vinculado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) e é realizado em parceria com a Fundação HUTEC. Ressaltou que a tramitação seguiu o rito institucional normal, percorrendo os departamentos, os conselhos de centro e a Câmara de Extensão. Destacou que a matéria recebeu pareceres favoráveis da PROEX, da PROPLAN e da Procuradoria Jurídica, que validou a conformidade do texto e do objeto do acordo. Concluiu sua fala recomendando a aprovação do processo, em alinhamento com as manifestações prévias dos demais órgãos institucionais que analisaram o caso. Colocado em regime de votação, o Acordo de Cooperação a ser firmado entre a UEL e a Fundação HUTEC, que tem como objetivo a execução do PAS

denominado “Programa de Atendimento à Sociedade Agropecuária e a Criatórios do Norte do Paraná em Biotecnologias da Reprodução Animal Realizado na Universidade Estadual de Londrina – Fase IV”, foi aprovado por unanimidade. **5) Processo 23.816.131-2 - PROPLAN - deliberar acerca do Acordo de Cooperação a ser firmado entre a UEL e a Fundação HUTEC, que tem por objetivo a execução do PAS denominado: “Programa de Prestação de Serviços em Avaliação Neuropsicológica e Intervenção Clínica da Universidade Estadual de Londrina”, a ser desenvolvido pelo Departamento de Psicologia e Psicanálise (Relator: Prof. Dr. Sérgio Gerelus).** Prof. Gerelus informou tratar-se de Programa de Prestação de Serviço (PAS), estruturado conforme as resoluções vigentes e com o devido acompanhamento acadêmico pela PROEX. Esclareceu que este programa específico está vinculado ao Centro de Ciências Biológicas (CCB), sendo desenvolvido pelo Departamento de Psicologia e Psicanálise. Ressaltou que a tramitação seguiu o rito institucional normal, percorrendo as instâncias de departamento, conselho de centro e as câmaras do conselho, incluindo a Câmara de Extensão. Destacou que o processo recebeu pareceres favoráveis da PROEX, da PROPLAN e da Procuradoria Jurídica, que realizou a análise técnica para verificar se o texto e o objeto do acordo estavam em conformidade. Concluiu recomendando a aprovação da matéria, em consonância com as manifestações prévias dos demais órgãos institucionais. Colocado em regime de votação, o Acordo de Cooperação a ser firmado entre a UEL e a Fundação HUTEC, que tem por objetivo a execução do PAS denominado: “Programa de Prestação de Serviços em Avaliação Neuropsicológica e Intervenção Clínica da Universidade Estadual de Londrina”, foi aprovado por unanimidade. **6) Processo 25.387.043-5 - PROPLAN - deliberar acerca da minuta de Resolução CA que estabelece os valores dos preços públicos de prestação de serviços do Laboratório de Línguas, do Centro de Letras e Ciências Humanas (Relator: Prof. Dr. Sérgio Gerelus e Profa. Dra. Juliana Tonelli).** Prof. Gerelus informou que o Laboratório de Línguas realiza periodicamente a verificação de seus preços públicos para possíveis reajustes. Apresentou um estudo propondo novos valores que devem vigorar por dois anos, abrangendo testes de nivelamento e taxas para a comunidade interna e externa. Ressaltou que a matéria foi apreciada pelos órgãos institucionais competentes, os quais não indicaram alterações, destacando que os valores estão dentro ou abaixo das correções de mercado e recomendando a aprovação. Profª Juliana Tonelli esclareceu que o laboratório completou 50 anos e que não há reajustes nas taxas desde 2014. Informou que a unidade possui

cerca de 2.000 alunos e 40 professores, sendo que a vasta maioria é contratada via microempresa devido à ausência de concursos públicos há longo tempo. Alertou que escolas de idiomas da cidade têm assediado o corpo docente qualificado da universidade devido ao baixo valor da hora-aula. Explicou que a aplicação integral do IPCA elevaria os preços em 83,84%, o que tornaria os cursos caros para o mercado; por isso, sugeriu-se uma correção de cerca de 10%. Quanto ao teste de nivelamento, informou a aceitação da sugestão da PROPLAN para elevar o valor para R$ 28,00, visando desestimular quem faz o teste apenas por curiosidade, sem intenção de matrícula. Prof. Orlando Fogaça questionou se o reajuste de 10% não seria muito baixo, indagando se o laboratório não preferiria um aumento maior para garantir uma margem de segurança financeira mais confortável. Profª Juliana respondeu que, embora não vise lucro, o laboratório precisa de uma "gordurinha" para emergências, citando casos frequentes como reparos em telhados. Justificou que o reajuste gradual é preferível para evitar críticas da comunidade e manter a acessibilidade a alunos que não teriam condições de pagar escolas privadas. Profª Renata Schevisbiski corroborou a fala da Profª Juliana, destacando que o Laboratório de Línguas frequentemente socorre o Centro em situações emergenciais e de manutenção que o orçamento regular não consegue cobrir por entraves burocráticos ou falta de verba. Defendeu que o trabalho do laboratório deve ser cada vez mais reconhecido pela instituição. Prof. Airton Petris comentou sobre a demora institucional em realizar reajustes e sugeriu que a universidade mantenha um processo de atualização mais contínuo para evitar que os valores fiquem tão defasados em relação à realidade dos serviços prestados. Prof. Gerelus explicou que, enquanto a PROPLAN fornece a estimativa baseada nos índices (como o IPCA), a decisão final sobre o valor do reajuste é uma prerrogativa da unidade, que faz uma avaliação prudente do que é aplicável ao usuário. Profª Juliana ressaltou que os preços para a comunidade interna não foram alterados para evitar a perda de alunos para programas de idiomas gratuitos oferecidos pelo governo estadual. Profª Inês Fonseca questionou se o laboratório opera como um Programa de Prestação de Serviço (PAS) e como se dá o repasse de recursos para o centro e para os departamentos. Profª Zilda Andrade informou que os recursos são geridos como cursos de extensão e eventos. Explicou que existe uma divisão: cursos vinculados diretamente à UEL e cursos via fundações de apoio (atualmente a FAUEL), sendo que os testes de nivelamento permanecem vinculados à universidade. Profª Inês relembrou que, em períodos anteriores, a totalidade dos recursos tramitava via fundação de apoio. Profª Zilda

esclareceu que a separação atual visa evitar problemas na prestação de contas, utilizando-se a fundação apenas para o chamamento de pessoal externo para ministrar as aulas. Reforçou que a prestação de contas é feita sistematicamente para garantir o controle rigoroso. Profª Juliana concluiu pontuando que as turmas ministradas pelas duas únicas professoras concursadas do quadro têm seus valores arrecadados integralmente pela universidade, via PROEX, sem passar pela fundação. Colocado em regime de votação, os valores dos preços públicos de prestação de serviços do Laboratório de Línguas, do Centro de Letras e Ciências Humanas, foram aprovados por unanimidade. Ver Resolução CA nº 007/2026. **7) Processo 25.167.425-6 - PROPLAN - deliberar acerca do Contrato de Doação a ser firmado entre a UEL e a Fundação Parque Tecnológico ITAIPU – Brasil (ITAIPU PARQUETEC) (Relator: Prof. Dr. Sérgio Gerelus)**. Prof. Gerelus informou que o processo apresenta um Termo de Doação firmado entre o Parque Tecnológico da Itaipu e a UEL, beneficiando diretamente o Centro de Ciências Exatas (CCE) e o Laboratório de Clima do Departamento de Geociências. Esclareceu que o laboratório atua em parceria com o Núcleo Territorial da Itaipu há anos e que os itens doados (como mesas, computadores e aparatos técnicos) já estavam à disposição da universidade via convênio, necessitando agora de regularização patrimonial. Ressaltou que o processo passou pela análise da Procuradoria Jurídica e da PROPLAN, que recomendaram a aprovação. Profª Inês Fonseca questionou a necessidade desse trâmite específico de doação, indagando se seria uma exigência da própria Itaipu. Comparou a situação com projetos financiados pelo CNPq, onde a doação de equipamentos para a universidade costuma ocorrer de forma mais direta ao final da pesquisa, sem o mesmo rito processual observado no caso em tela. Profª Zilda Andrade esclareceu que, diferentemente do CNPq, onde o vínculo muitas vezes é com o pesquisador, a Itaipu trabalha diretamente com a instituição. Informou que os equipamentos foram inicialmente cedidos via termo de comodato assinado pela reitoria e que, após a renovação desse termo, a fundação avaliou e decidiu pela doação definitiva à universidade. Reforçou que este procedimento segue a norma interna da entidade doadora para regularizar a titularidade dos bens junto à UEL. Prof. Gerelus explicou que a exigência do Termo de Doação decorre do fato de os equipamentos terem sido adquiridos com o CNPJ da Fundação Parque Tecnológico Itaipu, que possui natureza jurídica mista. Diferentemente do CNPq, em que os bens já nascem vinculados ao CNPJ da universidade, no caso da Itaipu é necessária a formalização da transferência de propriedade para que os itens sejam incorporados

como bens públicos da UEL, seguindo inclusive as resoluções vigentes do conselho (como a Resolução nº 85/2023). Colocado em regime de votação, o Contrato de Doação a ser firmado entre a UEL e a Fundação Parque Tecnológico ITAIPU – Brasil (ITAIPU PARQUETEC), foi aprovado por unanimidade. Os itens 8 e 9 foram apreciados em bloco. **8) Processo 23.699.751-0 - PRORH - apreciar o quantitativo de horas extras pagas no ano de 2025, no âmbito do Ensino e da Saúde. 9) Processo 25.578.188-0 - PRORH - apreciação do relatório das horas extras pagas até fevereiro de 2026 e projeção para o próximo período (Relator: Prof. Dr. Leandro Altimari**). Prof. Leandro realizou a prestação de contas das horas extras de 2025, informando que foi contabilizado um montante média/mês de 24.741 horas e R$ 1.871.746.71, no âmbito do ensino e da saúde/HU. Prof. Edmilson Lenardão solicitou que constasse em ata seu voto favorável às projeções, registrando, contudo, sua posição pessoal contrária à prática excessiva de horas extras. Prof. Alan Felinto questionou a precisão dos dados por unidade, observando que o relatório não permite identificar o consumo real de cada centro, uma vez que servidores lotados em uma unidade podem realizar horas extras em outra, mas o custo permanece vinculado ao local de lotação original. Prof. Leandro confirmou a limitação técnica do sistema atual, que contabiliza as horas com base no CPF e na lotação do servidor. Informou que a universidade está em fase final de implantação de um novo sistema de registro que permitirá delimitar onde a hora extra foi efetivamente realizada, resolvendo essa demanda histórica dos diretores. Profª Eloísa Rodrigues indagou se a implantação do sistema Meta 4 traria mudanças na sistemática de registro ou pagamento das horas extras e se haveria interferências técnicas no processo. Prof. Leandro esclareceu que não haverá impacto negativo ou mudanças na parametrização das horas extras com o Meta 4, pois o sistema segue rigorosamente o que está estabelecido em lei. Destacou que as travas de limites individuais e por unidade já estão configuradas conforme a legislação vigente, o que tem evitado questionamentos por parte do Tribunal de Contas. Profª Carrie Galvan apontou divergência nos dados do CCS, que apareceu com valor zerado no relatório, apesar de possuir técnicas de higiene que realizam horas extras para atender laboratórios e residências no HU. Prof. Leandro reiterou que este é o mesmo problema de estratificação mencionado anteriormente: a informação aparece na unidade de lotação da servidora e não onde o serviço foi prestado. Reforçou que a solução virá com o novo sistema de ponto eletrônico. Profª Carrie solicitou um resumo das principais modificações geradas pela conclusão do Meta 4, citando a mudança nos holerites

(que agora vêm desmembrados) e o impacto nos processos de RH. Prof. Leandro propôs relatar suas impressões técnicas e os ajustes necessários após a votação do item, durante o período de informes. Rafael Molinari questionou se a projeção para 2026 era apenas uma replicação dos dados do ano anterior ou se havia um estudo para redução ou alteração desses quantitativos. Prof. Leandro explicou que a média se mantém estável ao longo do tempo devido aos limitadores legais (o servidor só pode receber até 33% de seus proventos em hora extra). Esclareceu que os valores só oscilam significativamente em caso de reajuste salarial ou aposentadorias, e que a redução de gastos com folha de pagamento (hora extra) não possui impacto direto ou transferência de recursos para a contratação de serviços terceirizados, pois são fontes orçamentárias distintas. Não havendo mais manifestações, os Relatórios foram considerados apreciados pelo Conselho. **II INFORMES.** 1) Prof. Airton Petris informou sobre notícias veiculadas na imprensa sobre investigações de fraudes na Prova Paraná Mais 2025. Esclareceu que a UEL é apenas usuária do sistema e que o processo de seleção é conduzido pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), não havendo qualquer relação com o vestibular próprio da universidade ou procedimentos internos. Leu a nota oficial enviada à imprensa, reafirmando que a UEL está à disposição das autoridades e que, caso sejam confirmadas irregularidades envolvendo estudantes matriculados, as matrículas serão anuladas conforme a legislação. Profª Inês Fonseca questionou se os candidatos da referida prova já haviam sido convocados, relatando que no Centro de Ciências Agrárias (CCA), especificamente no curso de Agronomia, ainda há vagas não preenchidas (60 matriculados para 80 vagas). Indagou como se daria o desligamento de alunos se a chamada ainda não tivesse ocorrido. Profª Sandra Garcia informou que as chamadas da Prova Paraná já estão ocorrendo, com alunos inclusive em sala de aula, embora alguns (como cotistas de escola pública) ainda passem por bancas de validação. Relatou que a SEED comunicou a universidade sobre uma pessoa já matriculada na UEL que está sob investigação. Explicou que a própria SEED identificou um padrão de notas inadequadas em uma determinada escola de uma cidade pequena e encaminhou o caso à polícia. Prof. Airton complementou que a investigação envolve sete suspeitos e que a SEED foi quem identificou o padrão e entregou os dados à polícia, mantendo o processo sob inquérito policial de forma tranquila. Profª Carrie Galvan relatou que houve uma ação direta da Polícia Civil no Centro de Ciências da Saúde (CCS/Hospital), com o cumprimento de um mandado relacionado ao programa Paraná Mais e a um estudante específico. Ressaltou que o

movimento foi estritamente investigativo e que, até o momento, não existe evidência estabelecida de crime. Prof. Airton registrou e agradeceu o comportamento adequado e sigiloso da equipe do CCS e da reitoria na condução do caso, destacando que a postura foi muito cuidadosa e respeitosa, diferentemente de outras instituições onde a abordagem foi mais agressiva. Profª Carrie reiterou que o delegado responsável pelo mandado foi muito respeitoso e que foi decidido, em conjunto, preservar ao máximo a identidade do estudante. Esclareceu que houve um "pequeno alarde" na recepção do hospital devido a questões de credenciamento e acesso de pessoas externas, mas negou que tenha havido escolta ou qualquer situação de violência, reafirmando o cuidado da instituição com a integridade de todos. 2) Prof. Gerelus informou sobre o início dos trabalhos relativos ao PCA de 2027, ressaltando que a indicação à Secretaria da Fazenda deve ocorrer no primeiro semestre para subsídio à LDO. Esclareceu que, para aquisições ainda em 2026 que não constem no plano atual, deve-se primeiro realizar o ajuste do PCA/2026. Explicou que o sistema próprio da Fazenda Estadual ainda não foi finalizado, com previsão para o início de abril, mas que a universidade cumprirá um cronograma interno até o prazo final de 31 de maio, dividido em três etapas: 1) Primeira fase (até 17 de abril): Levantamento de itens utilizando o sistema SICOR como referência, iniciando-se em 26 de março1; 2) Segunda fase (abril): Lançamento dos dados no sistema estadual, com treinamento para as equipes; 3) Terceira fase (maio): Validação institucional e envio definitivo à Fazenda. Prof. Airton questionou se os itens retirados do SICOR para o PCA do próximo ano já contemplariam as alterações e inserções feitas recentemente no sistema. Prof. Gerelus esclareceu que, para o exercício de 2026, os itens precisam estar cadastrados tanto no SICOR quanto no GMS para viabilizar o lançamento. Para o PCA de 2027, informou que a Fazenda já solicita o cadastro prévio no GMS, mas que as equipes da PROPLAN e da ATI estarão à disposição para auxiliar as unidades nesse preenchimento, que segue o padrão dos últimos três anos. Prof. Alan Felinto demonstrou preocupação com a sobrecarga de trabalho e o estresse enfrentado pelas secretarias dos centros nas edições anteriores devido ao curto prazo. Sugeriu a possibilidade de criar um fluxo de trabalho mais antecipado para garantir maior agilidade e tranquilidade aos servidores que atuam na ponta do processo. Prof. Gerelus respondeu que a antecipação excessiva é dificultada pela demora do Estado em informar as regras e sistemas específicos de cada ano, o que poderia gerar retrabalho caso os dados tivessem que ser migrados ou refeitos. Contudo, destacou que a UEL já está se antecipando em 15 dias em

relação aos demais órgãos estaduais ao iniciar o levantamento pelo SICOR antes da liberação do sistema oficial do Estado (prevista para 10 de abril). Reforçou a necessidade de os diretores e coordenadores planejarem suas demandas de móveis, bibliotecas e laboratórios desde o início do ano, preparando-se para o preenchimento imediato assim que as janelas do sistema forem abertas. 3) O Prefeito do Campus, Luiz Claudio Buzeti iniciou fazendo um panorama geral sobre o controle energético. Informou sobre a finalização da alteração do edital das usinas fotovoltaicas, para contemplar unidades como CCS, HU e demais áreas do campus. Sobre a climatização, informou que a logística para a entrega e instalação de 400 aparelhos de ar-condicionado já está em andamento, envolvendo empresas contratadas para as partes mecânica e elétrica. Explicou que as instalações foram classificadas por complexidade (baixa, média e alta), citando problemas elétricos graves no Bloco C do CCH e a necessidade de novos cabeamentos no CESA. Solicitou paciência aos diretores, estimando que o período de inverno (3 a 4 meses) será a janela ideal para concluir todas as instalações, pois a capacidade técnica interna de engenheiros e eletricistas é limitada para o volume de aparelhos. Prof. Carlos Eduardo Caldarelli relatou sobre a instalação de dois geradores, sendo um destinado ao CESA e outro ao CLCH. Disse que, embora tenham recebido orientações básicas de funcionamento e treinamento inicial, o comportamento dos equipamentos tem sido inconsistente. Informou que, em uma primeira queda de energia, ambos os geradores foram acionados corretamente; contudo, em um segundo evento, apenas o gerador do CESA funcionou. Manifestou preocupação com as informações divergentes recebidas da engenharia, que ora afirmava que os aparelhos não deveriam estar operando, ora dizia não haver forma de desligá-los. Ressaltou que foi formalizado um protocolo conjunto entre os dois centros relatando que as unidades não tinham pleno conhecimento do funcionamento do sistema. Por fim, questionou por que apenas o gerador do CESA voltou a funcionar recentemente (aparentemente após reabastecimento de diesel para testes) e quando os funcionários receberão orientações definitivas e treinamento adequado. O prefeito do campus, Luiz Claudio Buzeti explicou que a situação dos geradores é um dos problemas que a Divisão de Controle de Energia busca solucionar. Esclareceu que a empresa responsável pela instalação chegou a abandonar o serviço, o que motivou a abertura de um processo administrativo e notificações formais. Segundo ele, os equipamentos ainda precisam ser homologados junto à Copel, processo necessário por estarem integrados à rede de energia elétrica, e admitiu que a obra ainda não foi tecnicamente finalizada devido a

detalhes pendentes e questões financeiras com a contratada. Sobre o funcionamento pontual do gerador do CESA, explicou que foi colocada uma quantidade mínima de combustível apenas para testes. O prefeito comprometeu-se a, assim que a obra estiver concluída e regularizada, entrar em contato com os centros para realizar o devido treinamento com as equipes. Profª Eloísa Ribeiro expressou preocupação com o planejamento financeiro, perguntando se haveria verba adicional para o custeio das instalações elétricas, para que os centros não precisem utilizar recursos destinados a materiais de laboratório. Alertou ainda sobre erros técnicos cometidos por empresas terceirizadas que, para economizar tubulação, instalam aparelhos em locais inadequados. Prof. Gerelus confirmou a alta demanda de pessoal para as instalações e sugeriu uma reunião técnica específica para alinhar os cenários de cada centro. Esclareceu que a previsão orçamentária para o custeio desses serviços já estava indicada na licitação/adesão realizada no ano anterior. Profª Carrie Galvan solicitou transparência no cronograma de instalação para que os centros possam gerenciar as expectativas da comunidade interna. Relatou casos de alunos desmaiando em laboratórios de fisioterapia devido ao calor extremo e enfatizou que, por vezes, uma instalação complexa em um laboratório de ensino é mais prioritária do que uma instalação simples em outro local. Profª Renata Schevisbiski reforçou a situação precária do Bloco C do CLCH e solicitou uma reunião conjunta com a Proplan e a PCU para alinhar o cronograma e os custos. Destacou que o CLCH possui 90% das salas sem climatização e que a falta de perspectivas claras gera angústia entre os estudantes, que já solicitaram reuniões com a diretoria. Profª Inês Fonseca questionou os critérios de distribuição dos 400 aparelhos e a origem dos recursos (superávit da universidade ou dos centros). Informou que priorizou salas de aula em seu levantamento e questionou se laboratórios de ensino também seriam contemplados. Perguntou ao Prefeito se já poderia ligar aparelhos que foram instalados via Proinfra e que já possuem rede elétrica pronta, devido ao forte calor. Buzeti reiterou que as instalações de baixa complexidade são rápidas (15 a 20 por dia) e que verificaria especificamente a situação das salas citadas pela Profa. Inês para autorizar o uso. Prof. Gerelus esclareceu que a compra dos 400 aparelhos foi viabilizada via adesão de ata utilizando o superávit da universidade, com o objetivo de universalizar a climatização nas salas de aula. Explicou que itens que já estavam previstos em solicitações anteriores dos centros seriam abatidos de seus respectivos superávits, enquanto os novos viriam do fundo central. Mencionou ainda a sinalização de uma emenda parlamentar de R$ 1,3 milhão para mobiliário e climatização de salas de aula e laboratórios em

2026/2027. Prof. Airton Petris agradeceu a resiliência dos conselheiros presentes e lamentou que alguns tenham deixado a reunião antes ou durante os informes, que tratavam de temas fundamentais para a instituição. 4) Prof. João Zequi iniciou seu informe parabenizando as equipes da Prefeitura do Campus e da Pró-Reitoria de Planejamento pela gestão eficiente dos recursos, que permitiu a compra de aparelhos para atender a uma demanda generalizada da instituição. Destacou que a administração buscou ao menos dois projetos externos para viabilizar a aquisição desses equipamentos e que, embora existam dificuldades com as empresas responsáveis pela instalação, considera a solução encaminhada um avanço fundamental diante da realidade das mudanças climáticas. Relatou que o CCB vive uma situação drástica em relação às altas temperaturas, chegando ao ponto de ser necessário o remanejamento constante de ventiladores entre as salas de aula. O professor defendeu o critério adotado pela Proplan de priorizar salas de aula e laboratórios de graduação no plano de climatização, argumentando que o ensino de graduação deve ser o foco principal desses investimentos, visto que a pós-graduação dispõe de outras vias para captação de recursos. Mencionou especificamente que a central de salas do CCB possui espaços que aguardam a contemplação pelo projeto Proinfa e que a climatização é uma necessidade urgente para o bom funcionamento das atividades. Por fim, citou a contratação de uma nova empresa para auxiliar nas instalações e reforçou a necessidade de um espírito colaborativo entre os centros para que o processo avance. 5) Prof. Alan Felinto solicitou esclarecimentos sobre a tramitação administrativa e a possível oferta de novos cursos no município de Assaí, relatando que informações sobre o tema ainda não haviam chegado formalmente à direção do centro, apesar de haver discussões em andamento nos colegiados. Em um segundo informe, o professor tratou da situação do SAS, relatando que o atendimento foi transferido para o Hospital Evangélico. Ele destacou que os servidores estão enfrentando sérias dificuldades de comunicação, pois os números de WhatsApp fornecidos não respondem, impedindo o agendamento de tratamentos e a obtenção de informações. Sugeriu que a administração central emitisse uma orientação oficial sobre como os servidores devem proceder. Sobre o curso em Assaí, o prof. Airton Petris esclareceu que não se trata de uma reunião com a SETI, mas de uma discussão interna iniciada pelo Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) sobre a viabilidade de um curso de Administração em Assaí. Informou que a universidade precisa dar uma resposta definitiva à secretaria estadual sobre a realização ou não do curso e que detalhes adicionais seriam discutidos em reunião específica com os interessados. Sobre o SAS, explicou que a gestão do contrato do SAS é de responsabilidade direta do Governo do Estado. A orientação formal é que qualquer problema de atendimento ou falta de resposta por

parte dos hospitais contratados deve ser registrado junto à Ouvidoria da DIMS na Secretaria da Administração e da Previdência (SEAP), que é o canal oficial para fiscalização do contrato. Por último, o Prof. Alan relatou a preocupação e o nervosismo de professores contratados via PSS diante da iminente convocação de novos docentes concursados. Explicou que, embora a norma atual preveja que os temporários permaneçam até o fim do contrato, a chegada de um efetivo implica no desligamento de um temporário para substituição de recurso público. Destacou que a escolha de qual professor será desligado cabe ao chefe de departamento, o que tem gerado insegurança, pois há casos em que a indicação ocorre de forma pouco clara ou em áreas distintas da vaga ocupada. Sugeriu que a universidade estabeleça uma normatização ou diretrizes mais claras para os próximos concursos, definindo prazos ou critérios de indicação antecipada, a fim de dar um “norte” e maior previsibilidade a esses profissionais. Prof. Airton reiterou que a gestão desses desligamentos é uma prerrogativa da autonomia dos departamentos. Argumentou-se que o chefe de departamento é quem possui a visão técnica para decidir qual profissional é essencial para atender aos colegiados e cursos, e que uma intervenção da administração central sobre essa escolha poderia interferir indevidamente nessa autonomia. O Pró-Reitor de Recursos Humanos, Professor Leandro Altimari, complementou informando que o fim do contrato temporário em razão de nova nomeação é automático e que a competência para avaliar quem continua ou não, conforme o estatuto, é de fato da chefia imediata. Ressaltou ainda que essa questão já foi formalmente respondida ao sindicato (Sindiprol/Aduel) anteriormente, mantendo o entendimento da responsabilidade departamental sobre o tema. 6) Profª Zilda Andrade informou: 6.1) foi publicado no dia 18 de março, o edital do PIBIS, programa que utiliza recursos da Fundação Araucária para apoiar a inclusão social. Esclareceu que se trata de um edital conjunto entre as pró-reitorias acadêmicas (PROEX, PROPPG, PROGRAD) e o SEBEC, sendo que a gestão em 2026 cabe à PROEX. O período de inscrições para os estudantes ocorre de 18 de março a 8 de abril, cronograma estabelecido para coincidir com o início do ano letivo e permitir que novos alunos sejam contemplados. Zilda ressaltou que a bolsa é destinada ao estudante, que deve elaborar um plano de trabalho vinculado a um docente extensionista ou pesquisador, e que a publicação neste momento é essencial para cumprir os prazos exigidos pela Fundação Araucária. 6.2) comunicou sobre a abertura do edital 062/2026, para a organização de eventos, a serem realizados entre 4 de maio e 25 de agosto de 2026. Explicou que os recursos também provêm da Fundação Araucária e que a comissão de avaliação já foi aprovada pela Câmara de Extensão. Reforçou que apenas docentes podem submeter

propostas e que o registro prévio no sistema de projetos é indispensável. 6.3) registrou a realização de eventos com participação da UEL, como a Feira da Saúde da Zona Sul, programada para o sábado seguinte, e a Via Rural, que ocorrerá de 10 a 18 de abril. Explicou que as datas desses eventos são definidas por entidades externas e que, no caso da Via Rural, o calendário foi ajustado devido ao período eleitoral. 6.4) Anunciou a realização do 3º Fórum de Extensão para a semana seguinte. O objetivo do fórum é orientar os novos coordenadores de extensão sobre trâmites de validação e normas da universidade, cumprindo um planejamento estabelecido ainda no ano anterior. Profª Zilda solicitou que todos os seus informes fossem devidamente registrados em ata para evitar a disseminação de informações incorretas (fake news). Apelou aos diretores de centros para que divulguem as informações da PROEX em suas bases e colegiados, destacando que o trabalho administrativo e o apoio aos estudantes por meio de editais não podem parar em razão do processo eleitoral institucional. 7) Profª Silvia Meletti informou que a universidade foi contemplada no edital institucional do CNPq para bolsas de mestrado e doutorado, garantindo dezenas de novas cotas para a instituição. Esclareceu que a distribuição dessas bolsas foi organizada em dois blocos: o primeiro terá seu edital publicado ainda no mês de março, enquanto o segundo bloco possui previsão de lançamento entre maio e o início de junho. Manifestou forte preocupação com alegações de que a publicação de editais pelas pró-reitorias (PROEX e PROPG) estaria sendo influenciada pelo período eleitoral. Defendeu que seria uma irresponsabilidade institucional suspender ou atrasar tais publicações, visto que cada dia de demora na saída de um edital representa, na prática, um mês a menos de bolsa para o estudante contemplado. Reafirmou que o trabalho administrativo e o suporte aos alunos de graduação e pós-graduação não podem parar em função das eleições e garantiu que, caso o segundo bloco de bolsas não seja publicado até o fim da atual gestão, o processo será devidamente incluído no planejamento de transição para a próxima administração. 8) Profª Inês Fonseca informou que o CCA realizou um diagnóstico detalhado sobre a distribuição de vagas e a situação dos docentes temporários diante da chegada dos novos concursados. Relatou que o CCA receberá 21 novos docentes por concurso público, mas expressou grande preocupação com o fato de que, se a universidade exigir a devolução equivalente em carga horária, o centro precisará desligar 38 profissionais temporários. Alertou que essa disparidade deixará diversas áreas e disciplinas desassistidas e solicitou orientações claras da PRORH sobre como proceder para evitar prejuízos ao ensino. Prof. Leandro Altimari esclareceu que a UEL obteve uma vitória legal importante ao garantir que cargos previstos para 20 horas pudessem ser ocupados por 40 horas, o que amplia a capacidade de atendimento. Explicou que, para fundamentar o pedido de manutenção de carga horária

junto à SETI, foi solicitado que os centros justificassem suas cargas horárias ociosas. Comunicou que terá uma reunião em Curitiba na semana seguinte para tentar autorizar o uso dessas horas remanescentes, o que permitiria manter os temporários e evitar os desligamentos temidos pela professora Inês. A expectativa é que as nomeações ocorram entre maio e junho, e uma definição final sobre a carga horária deve ser apresentada ao conselho até o dia 20 de abril. Prof. João Zequi reforçou a necessidade de colaboração entre as unidades, manifestando surpresa com o fato de alguns centros ainda não terem entregado o levantamento de vagas solicitado pela PRORH há meses. Destacou que o CCB identificou quatro vagas ociosas e cumpriu os prazos de informe. Criticou a falta de entrega desses dados por parte de alguns diretores, ressaltando que essa omissão compromete o planejamento institucional e a defesa da carga horária da universidade perante o Governo do Estado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Airton José Petris _____
Reitor em exercício

Renata Schlumberger Schevisbiski _____
Vice-Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

João Antônio Cyrino Zequi _____
Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice- Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Carlos Eduardo Caldarelli _____
Vice-Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Edmilson Lenardão _____
Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Inês Cristina de Batista Fonseca _____
Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Patrícia Mendes Pereira _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Eloísa Ramos Ribeiro _____

Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Orlando Mendes Fogaça Junior _____
Diretor do Centro de Educação Física e Esporte

Rafael Eduardo Domingues Molinari _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Larissa Araújo de Castro Okamura _____
Representante Suplente dos Servidores Técnicos Administrativos

Zilda Andrade _____
Pró-Reitora de Extensão Cultura e Sociedade

Ana Márcia Tucci de Carvalho _____
Pró-Reitora de Graduação

Sérgio Gerelus _____
Pró-Reitor de Planejamento em exercício

Silvia Meletti _____
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Leandro Altimari _____
Pró-Reitor de Recursos Humanos